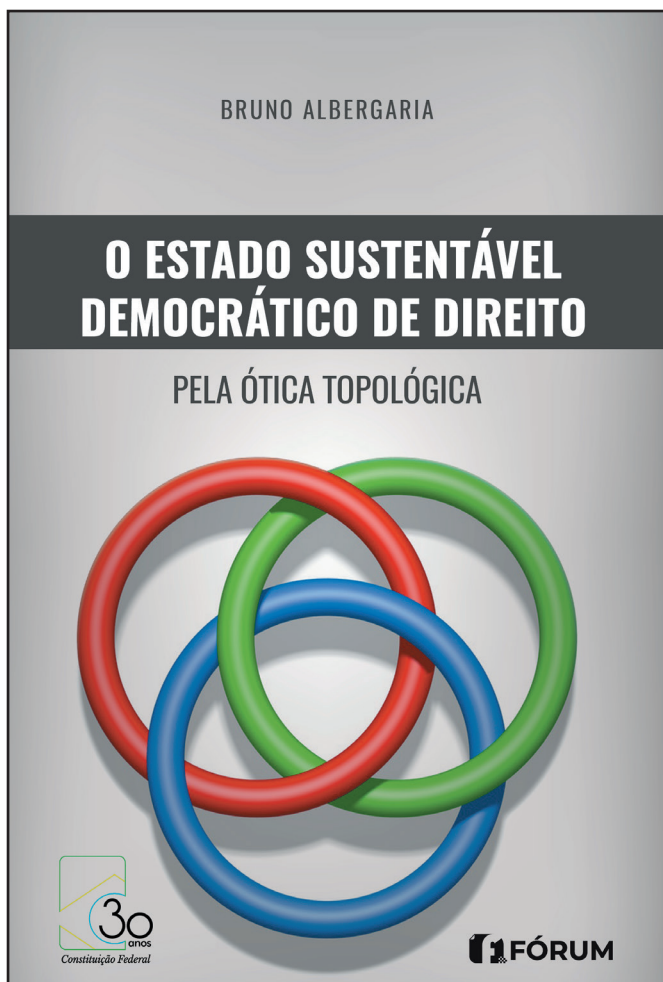




Bruno Albergaria

O ESTADO SUSTENTÁVEL DEMOCRÁTICO DE DIREITO PELA ÓTICA TOPOLÓGICA

O enodamento dos sistemas econômico, social e ambiental na formação do (complexo) sistema –
ex novo e continuum – sustentável

Área específica

DIREITO AMBIENTAL

A presente obra é, com devidas modificações, a tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Em suma, busca desvendar o princípio da sustentabilidade. Por um discurso que privilegia a historicidade jurídica ressaí a visão de um princípio da sustentabilidade (e, via de consequência, de um Estado Sustentável) que é formado – e implica – o enodamento, em termos topológicos, em forma e matema do nó borromeu – dos exordiais sistemas econômico, social e ambiental.

A tese é apresentada em 4 capítulos. O Capítulo I centra-se no sistema econômico e, em especial, pelo viés dos dogmas liberais e suas consequências. Foca ainda nas relações entre a economia e a sociedade (Estado Liberal *versus* Estado Social) e as suas várias teses e vertentes. O Capítulo II aborda o sistema ambiental, verificando como as questões ambientais foram sendo paulatinamente *enodadas* nos anteriores (e já conhecidos) debates (não necessariamente jurídicos) econômico e social (nessa ordem). O Capítulo III é essencialmente normativo, apresentando o assentamento jurídico-internacional da preocupação ambiental e do princípio da sustentabilidade. O Capítulo IV discute, sob o aspecto da jusfundamentalidade (= direitos fundamentais), o Estado Sustentável, verificável pela percepção da sustentabilidade como direito humano-fundamental (e, portanto, elemento integrante do Estado).

Conclui-se que o princípio da sustentabilidade (= o Estado Sustentável) é o conjunto *ex novo* dos iniciais sistemas econômico, social e ambiental, em forma e matena de nó borromeo (ótica topológica), implica reconhecer que o princípio da sustentabilidade pressupõe e objetiva a manutenção, a permanência, o *continuum* do homem, dos seres vivos e da biodiversidade; situação de *equilíbrio* que só é alcançada – e fixada, *ad futurum* – se aqueles três aspectos – econômico, social e ambiental – forem igual e simultaneamente tomados em consideração (pelo Poder Público e pela sociedade).

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL; DIREITO
ECONÔMICO; DIREITO INTERNACIONAL
PÚBLICO; DIREITOS FUNDAMENTAIS;
FILOSOFIA DO DIREITO; HISTÓRIA DO
DIREITO

Público-alvo/consumidores

ACADÊMICOS DO DIREITO

FORMATO: 17 X 24 cm
CÓDIGO: 10001145

A3279e Albergaria, Bruno

O Estado Sustentável Democrático de Direito pela ótica topológica: o enodamento dos sistemas econômico, social e ambiental na formação do (complexo) sistema – *ex novo e continuum* - sustentável / Bruno Albergaria.– Belo Horizonte : Fórum, 2018.

448 p.

ISBN: 978-85-450-0245-1

1. Direito Ambiental. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Econômico. I. Título.

CDD 341.347

CDU 349.6

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ALBERGARIA, Bruno. *O Estado Sustentável Democrático de Direito pela ótica topológica: o enodamento dos sistemas econômico, social e ambiental na formação do (complexo) sistema – ex novo e continuum* – sustentável. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 448 p. ISBN 978-85-450-0245-1.

Bruno Albergaria

Doutor em Direito Económico pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos. Advogado. Ex-Assessor Jurídico Chefe Municipal. Ex-Diretor de Secretaria da Justiça Federal. Autor de vários livros, artigos acadêmicos e palestrante.

SUMÁRIO

ADVERTÊNCIAS.....	21
OBSERVAÇÕES FORMAIS	23
INTRODUÇÃO	
A BUSCA DA GÊNESIS ESTADO DEMOCRÁTICO SUSTENTÁVEL DE DIREITO	25
CAPÍTULO 1	
O ENODAMENTO INICIAL: O «SISTEMA» DO <i>HOMO ECONOMICUS</i> E O SISTEMA SOCIAL: UM PRELÚDIO DO NÓ BORROMEU	43
1.1 A economia e o meio ambiente: inter-relações <i>nodais</i>	43
1.1.1 A não conexão entre natureza e economia	44
1.1.1.2 O chocolate suíço, a champanhe francesa: um doce exemplo contraditório	48
1.1.1.3 Café: o ouro negro	51
1.1.1.4 O Japão: <i>the ring of fire</i>	53
1.1.1.5 A (indústria) do hidrocarboneto: o ouro preto ou a maldição negra?	55
1.1.2 A inevitável conexão entre economia e ambiente	57
1.1.2.1 Exordiais considerações sobre a ciência econômica	59
1.1.2.1.1 O enodamento malthusiano	63
1.1.2.1.2 O enodamento de Kuznets	67
1.1.2.1.3 A influência de Malthus e Kuznets: <i>a Declaração de Cocoyok à Cairo – 94</i>	68
1.1.2.1.4 A Conferência do Cairo – 94	69
1.1.2.1.5 O superpovoamento chinês	72
1.1.2.1.6 Para além da China: o mundo superpovoado	73
1.1.2.1.7 No Brasil	75
1.1.2.1.8 Em Portugal	76
1.1.3 Estado Liberal <i>versus</i> Estado Social	77
1.1.3.1 A defesa do Estado Liberal: Adam Smith	77
1.1.3.2 A defesa da liberdade econômica de Amartya Sen	81
1.1.3.3 Mercado econômico autopoietico: como uma estrutura unicelular	85
1.1.4 Colapso da União Soviética	86
1.1.4.1 Comunismo utópico: um «sonho» antigo	87
1.1.4.2 A opção do (máximo) intervencionismo pelo Estado na Economia	89
1.1.4.3 Os fatores do Colapso da União Soviética: o desfecho de um «sonho»	91
1.1.4.3.1 Problemas ambientais <i>comunistas</i>	94
1.1.4.3.1.1 O (ex)Mar de Aral	94
1.1.4.3.1.2 Chernobyl	97
1.1.4.3.1.3 A contribuição da China de Mao Tsé-Tung: um grande salto para trás	101
1.1.5 Críticas ao modelo estrutural liberal da economia	102
1.1.5.1 Na constelação empírica: percurso histórico da interferência do Estado nas relações de produção, distribuição e consumo	104
1.1.6 A Teoria do Desenvolvimento Econômico para os países pobres: <i>the big push</i>	111
1.1.7 Investimento: ato necessário para o desenvolvimento	116
1.1.7.1 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: um <i>case</i> de sucesso	117
1.1.7.2 Operações de financiamento não reembolsáveis: ações sociais	119
1.1.7.3 Financiamentos não retornáveis: uma questão constitucional	121
1.1.7.4 <i>European Recovery Program</i>	122
1.1.7.5 Plano de Unificação Econômica da Alemanha	123
1.1.7.6 A crise financeira de 1929	126
1.2 O enodamento entre o sistema econômico e o social é inevitável	129
1.2.1 O enodamento econômico e ambiental: o princípio do Equador	129
1.2.2 O Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)	133
1.2.3 Outra percepção do enodamento econômico e ambiental: o índice de sustentabilidade das bolsas de valores	134
1.2.4 A intervenção (pública) na economia brasileira: um caso constitucional	137
1.2.5 Uma intervenção <i>necessária</i> do Estado	139
1.3 Teses iniciais	142

CAPÍTULO 2

A SUSTENTABILIDADE COMO O ELO ESTRUTURANTE DO ESTADO: A CONTRIBUIÇÃO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL, DO ESTADO SOCIAL E DO CAPITALISMO PARA A FORMAÇÃO ESTRUTURAL DO ESTADO SUSTENTÁVEL

2.1	Uma falsa noção: o sistema ambiental como fonte da sustentabilidade	151
2.1.1	Pelos discursos (<i>ocultos</i>) da grafia	153
2.1.2	As plantas, os animais: sujeito passivo, sujeito ativo ou objeto do direito?	155
2.1.3	<i>Et creavit Deus hominem ad imaginem suam</i>	158
2.1.4	<i>Interspecies equity</i>	170
2.1.5	Aspectos penais: inversão dos polos	171
2.1.6	Debate entre os ambientalistas e os céticos: a contracultura	174
2.1.6.1	A contracultura	178
2.1.6.2	O problema da desflorestação e degradação dos habitats	182
2.1.6.3	<i>Baby boom</i>	183
2.1.6.4	O lixo precoce	184
2.1.6.5	Novas tecnologias: além do bem e do mal	185
2.1.6.6	Breve relato histórico pós-Segunda Guerra Mundial do universo ambiental	186
2.1.6.7	A era do petróleo	187
2.1.6.8	As primeiras leis (modernas) de proteção atmosféricas	188
2.1.6.9	<i>Man and Nature</i> : os primeiros passos	188
2.1.6.10	O surgimento dos parques ambientais e das primeiras leis	189
2.1.6.11	A contribuição de <i>Teddy</i>	190
2.1.6.12	Novamente, a questão nuclear	190
2.1.6.13	Aldo Leopoldo: um novo paradigma ético	192
2.1.6.14	Rachel Carson: uma primavera (nada) silenciosa	192
2.1.6.14.1	Pesticidas ou remédios?	193
2.1.6.15	No mundo da Lua	197
2.1.6.16	De Cartesius à <i>Deep Ecology</i> : <i>Ecce Homo</i>	198
2.1.6.17	<i>Deep Ecology</i>	200
2.1.6.18	Um retorno ao antropocentrismo grego antigo	201
2.1.6.19	Para além de Malthus: o fim do mundo por ações antrópicas ambientais	204
2.1.6.20	Jared Diamond e o fim do mundo	204
2.1.6.21	Ambientalistas céticos	206
2.1.6.21.1	Ecologia melancia: verde por fora e vermelho por dentro	208
2.1.6.21.2	Pretexto para ganharem dinheiro	208
2.1.6.21.3	Discurso de dominação de um país a outro	211
2.1.6.21.4	Subtração do ideário ecológico para a <i>práxis</i> de reserva de mercado	221
2.1.7	E a grafia?	222
2.1.8	Um ambiente urbano	225
2.2	Um enodamento entre o «meio ambiente» e o sistema social: a cultura	227
2.2.1	Direito Ecológico: uma visão <i>post Festum</i>	238
2.3	A (in)eficaz política exclusiva de proteção ambiental sem o enodamento econômico e social: o jacaré brasileiro: <i>um case de (in)sucesso</i>	250
2.3.1	Subtração do ideário ecológico para a <i>práxis</i> de reserva de mercado	250
2.3.2	Só a defesa do ambiente (não) basta: o exemplo do jacaré brasileiro	251
2.3.3	Jacaré brasileiros: <i>um caso bem-sucedido</i>	253
2.3.4	Conclusão	255
2.4	Segundas teses	257

CAPÍTULO III

(FINALMENTE) O FECHAMENTO DO SISTEMA SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DO ENODAMENTO – EM FORMA E MATEMA

BORROMEANO – DOS TRÊS ELOS (OU SUBSISTEMAS EXORDIAIS) ..

3.1	Um exordial problema internacional	277
3.2	O fechamento do sistema sustentável a partir do Relatório de Roma – 1968	280
3.3	Declaração de Estocolmo de 1972	284
3.4	Uma resposta da ONU para os problemas ambientais: sistema PNUMA	286
3.5	Um movimento internacional em prol do ambiente	287
3.6	Relatório Brundtland	288
3.7	A Cimeira do Rio 92: o fortalecimento do desenvolvimento sustentável	289
3.8	Cimeira de Viena – 1993	293
3.9	Cimeira Mundial do Cairo – 1994	296
3.10	A Cúpula Mundial realizada em Copenhague (1995)	300
3.11	The Battle of Seattle (1999): o (des)nodamento dos sistemas	302
3.12	A Cúpula do Milênio das Nações Unidas: <i>The Millennium Development Goals</i> (MDGs)	303
3.13	Conferência de Joanesburgo (2002) – (Rio+10)	305

3.14	O <i>Soft Law</i> – A imprescindibilidade de um Direito Internacional eficaz e imperativo	306
3.14.1	A sustentabilidade como um Direito <i>ius cogens</i>	311
3.14.2	A recepção das normas internacionais ambientais em Portugal e no Brasil	313
3.15	O Sistema <i>Bretton Woods</i>	314
3.15.1	International Bank for Reconstruction and Development – BIRD	316
3.15.2	O Fundo Monetário Internacional (FMI) – ou <i>International Monetary Fund</i> – IMF	318
3.15.3	A Organização Mundial do Comércio (OMC) – ou <i>The World Trade Organization</i> (WTO)	322
3.15.3.1	O Comitê de Comércio e Meio Ambiente – CTE – da OMC	326
3.15.3.2	Rodada de Doha	327
3.15.3.3	O artigo XX do GATT: o enodamento entre meio ambiente e direitos humanos	329
3.15.4	Outros enodamentos (entre os sistemas ambiental e social) na OMC	331
3.15.4.1	Encontro de Bali da OMC	332
3.16	Terceiras teses	333

CAPÍTULO 4

O DIREITO SUSTENTÁVEL COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL: A PROTEÇÃO AMBIENTAL, O PROGRESSO ECONÔMICO E A EQUIDADE SOCIAL COMO ESTRUTURAS DO ESTADO

		341
4.1	Afirmção que o direito sustentável é um direito humano fundamental.....	341
4.2	Características dos direitos humanos fundamentais	344
4.2.1	O <i>jusnaturalismo/universalidade</i>	345
4.2.1.1	Histórico	347
4.2.1.2	Os primeiros textos jurídicos modernos com pretensões universais	357
4.2.1.3	A CRFB/88 e a CRP como exemplos desses textos jurídicos (modernos) com pretensões universais.....	358
4.2.1.3.1	CRFB/88	358
4.2.1.3.2	CRP	358
4.3	Fundamentação dogmático-racional do <i>jusnaturalismo</i>	360
4.3.1	Teoria das verdades	365
4.3.1.1	A verdade como correspondência	365
4.3.1.2	Teoria pragmática da verdade	367
4.3.1.3	Teoria da coerência	367
4.3.1.4	Teoria da eliminação	368
4.3.2	Direito: uma verdade cambiante.....	368
4.3.3	A imutabilidade jurídica: <i>ubi societas, ibi ius</i>	369
4.3.4	Direitos humanos: como pressuposto a existência do ser humano e da <i>societas</i>	371
4.3.5	Medo do <i>descontinuum</i> , pela arte.....	372
4.3.6	<i>Intergenerations equity</i>	373
4.3.6.1	<i>Intergenerations equity</i> em termos de jusfilosofia contemporânea	374
4.3.6.2	<i>Intergenerations equity</i> em termos internacionais – na dimensão dos direitos humanos	376
4.3.6.3	<i>Intergenerations equity</i> em termos constitucionais – na dimensão dos direitos fundamentais	377
4.4	Dignidade da pessoa humana	378
4.5	Quartas teses	381

CONCLUSÃO	389
-----------------	-----

REFERÊNCIAS	391
-------------------	-----